

BARRA DO BUGRES E SEUS EXCLUÍDOS: UM RETRATO DAS CIDADES DO BRASIL

Geovany Jessé Alexandre da Silva¹

Loiva Zanon de Magalhães²

Teresa Cristina C. de Souza Higa³

RESUMO

A partir do entendimento da cidade como região, analisamos o espaço urbano do município Barra do Bugres, situado no interior do estado de Mato Grosso há 150 Km da capital Cuiabá, identificando seus aspectos espaciais, sociais, econômicos, políticos e ambientais. Dentre os aspectos espaciais do lugar, compreendemos a questão dos movimentos populacionais na cidade a partir dos processos sociais, como resposta ao processo de segregação. O período de estudo corresponde aos meses de abril e maio de 2006, procurando identificar problemas comuns a toda cidade moderna brasileira, de uma forma genérica, e que refletem nesse município, caracterizando processos e relações resultantes de um sistema econômico regional e nacional. Diagnosticamos graves problemas, tanto nas áreas centrais da cidade, como na periferia, notando-se a falta de infra-estrutura urbana, saneamento básico, a inexistência de políticas de planejamento e gestão ambiental a partir do comprometimento da sociedade, desde poder público e privado até a comunidade em geral.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano. Processos espaciais. Processos sociais.

RESUMEN

Del acuerdo del entendimiento de la ciudad como región, analizamos el espacio urbano de la ciudad del Barra do Bugres, situada en el interior del Estado de Mato Grosso distante 150 kilómetros del capital Cuiabá, identificando su espacio, aspectos sociales, económicos, políticos y medio ambiente. Entre los aspectos del espacio del lugar, entendemos la cuestión de los movimientos de la población en la ciudad de los procesos sociales, como contestación al proceso de la segregación. El período del estudio corresponde a los meses de abril y de mayo de 2006, buscando identificar los problemas comunes a

1 Mestrado pelo Curso de Geografia da UFMT e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UnB - e-mail: galexarq@yahoo.com.br

2 Mestranda do Curso de Geografia da UFMT- e-mail: loiva4@hotmail.com

3 Doutora e Professora do Mestrado em Geografia da UFMT - e-mail: tccardoso@terra.com.br

toda la ciudad moderna brasileña, de una forma genérica, y eso que reflejan en esta ciudad, caracterizando procesos y relaciones resultantes de un sistema económico regional y nacional. Diagnosticamos problemas serios, tanto en sede de las áreas de la ciudad, como en la periferia, notándose él carencia urbana de la infraestructura, al saneamiento básico, al inexistencia de la política del planeamiento y a la gerencia del ambiente a partir del comprometimiento de la sociedad, desde ser capaz en el público en general y privado hasta la comunidad.

Palabras-llave: Desarrollo urbano. Procesos del espacio. Procesos sociales.

Introdução

O Município de Barra do Bugres constitui o cenário urbanístico de uma pequena cidade de interior do Brasil, com pouco mais de 32.000 habitantes, em 2007 (IBGE; CNM; 2008), localizado há cerca de 130 Km da capital Cuiabá (PNUD, 2007), no estado de Mato Grosso, e refém de um universo de problemas que lhe acometem, reflexos dos processos sociais, políticos e econômicos de âmbito regional e nacional. Retrato de um microcosmo urbano que nasce a partir das margens do rio Bugres e Paraguai, a exemplo da maioria das cidades tradicionais brasileiras que, devido à dinâmica decorrente de seu desenvolvimento, cresce, modifica-se, segrega e estabelece relações de impacto com o meio ambiente regional, configurando movimentos populacionais constantes.

Os problemas relatados neste trabalho obedecem às características decorrentes das relações socioeconômicas locais e regionais, no entanto, notamos indistintamente que os *processos espaciais* – Fenômenos que dizem respeito à organização espacial urbana e obedecem alguns critérios na formação do espaço da cidade pelo homem (CORRÊA, 2005) – urbanos se repetem independentemente da localização, variando em alguns aspectos, porém coincidindo e reproduzindo muito outros, o que geram espaços urbanos com características semelhantes em regiões diversas.

Sendo assim, e sob a perspectiva exposta no livro de Ermínia Maricato intitulado: *Brasil, Cidades – Alternativas para a Crise Urbana*, existem basicamente dois tipos de cidades resultantes desses processos sociais que interagem entre si, mas que têm funcionamento e procedimentos diferentes devido à própria realidade à qual estão expostas. Dentre essas duas tipologias urbanas, uma é tida como *oficial*, na qual todos os serviços chegam e se fazem constantemente presentes, e uma outra cidade, a *não oficial*, que sobrevive independentemente da presença de infra-estrutura, serviços e do poder público, determinando o conflito espacial urbano.

Na cidade *oficial*, ou *cidade legal* segundo alguns urbanistas, seus habitantes têm a presença do poder público, de serviços e equipamentos urbanos, espaços bem dimensionados, estrutura urbana organizada, pois são cidadãos inseridos dentro de seu sistema de funcionamento, têm condições de pagar pelos serviços que lhe chegam à porta: IPTU, taxas de luz, água, asfalto, coleta de lixo etc. e, conseqüentemente, desfrutam do acesso a todos os confortos que a cidade contemporânea oferece através da disponibilidade de capital que essa minoria detém.

Já na cidade *não oficial*, ou *ilegal*, como em geral se tratam de invasões e ocupações variadas, não há, por exemplo, a arrecadação, por parte do poder público, das taxas que viabilizam a implantação de tais serviços e, portanto, os mesmos passam longe desses locais. Portanto, não há aqui os mesmos serviços que atendem à cidade constituída legal.

É sobre essa ótica de análise dos processos sociais e seus reflexos na formação espacial urbana é que determinamos o estudo urbanístico do município, visando principalmente o entendimento da relação conflitante da *cidade dos excluídos* em relação à *cidade oficial* estabelecida nessa conjuntura capitalista.

Compreensão dos processos espaciais e a cidade

A cidade é a forma de organização do espaço pelo homem e, segundo David Harvey, ela significa a expressão concreta de *processos sociais* na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico. Assim sendo, a cidade moderna obedece à economia de mercado capitalista, esta, por sua vez, expressa a idéia de acumulação de capital e reprodução das forças de trabalho dentro dos ideais de industrialização. Tal sistema gera processos sociais que produzirão formas, movimentos e conteúdos sobre a organização espacial urbana. Portanto, a cidade se torna a expressão de processos sociais que refletem as características da sociedade.

Portanto, a cidade moderna brasileira é resultado dessa economia de mercado regida pela força do capital, que é um espelho empírico e teórico, porém distorcido, da organização espacial das cidades dos países desenvolvidos que ditam a ordem econômica global. Dentro do contexto de país periférico em desenvolvimento, esse modelo econômico gera a construção urbana definida por contrastes e conflitos sociais, proporcionando espaços precários, de baixa qualidade de vida e de grandes impactos ambientais.

O desenvolvimento industrial tardio e as estratégias de ocupação territorial de ordem político-econômica determinaram o desenvolvimento urbano das capitais e cidades interioranas em todo território brasileiro. Sabemos da importância dos bandeiristas no desenvolvimento e expansão de vilarejos e cidadelas, essencialmente durante o século XVIII, enfrentando terrenos inóspitos, índios “selvagens” a defender seus territórios, matas fechadas que, praticamente, obrigavam os desbravadores a percorrerem o interior através dos rios, a procura de pedras preciosas, madeira e mão-de-obra escrava indígena. Durante essa época, a própria dinâmica de desenvolvimento urbano de Portugal obedecia a uma organização ainda medieval, definida por traçados

urbanísticos sinuosos que convergiam para as praças de igrejas, contrariando o estudo cartesiano e simétrico renascentista italiano, que tanto influenciou as cidades modernas de malha quadriculada. Dessa forma, enquanto durante o século XVIII as cidades norte-americanas, como Boston, Nova York e Washington, se formavam a partir da malha cartesiana ortogonal adaptada à era futura do automóvel (este que surge no final do século XIX, primeiramente na Alemanha), as cidades brasileiras ainda permaneciam com seu traçado de cidade colonial.

A verdadeira ruptura com esse passado colonial se deu, efetivamente, com a construção da moderna Brasília, a nova capital federal, em 1960, que, definitivamente, transfere o poder político do litoral (Rio de Janeiro) para a região Centro-Oeste do Brasil. A estratégia de desenvolvimento do oeste brasileiro se fortaleceu na década seguinte, com o impulso industrial e econômico somado à construção de estradas, hidrelétricas e vias férreas, possibilitando a comunicação, escoamento de produção e mercadorias.

As cidades do estado de Mato Grosso, face às deficiências de infra-estrutura, de densidade populacional e falta de estratégias de ocupação, possuíam grandes entraves para o desenvolvimento econômico e social do interior. Durante as décadas de 1980 e 1990 se verificou no Estado um verdadeiro salto de desenvolvimento na produção agropecuária, que determinou o impulso demográfico através do movimento populacional vindo da região sudeste e sul do país, e a definição de planos urbanos para cidades através de *Empresas Colonizadoras* contratadas pelos governos estadual e federal.

Todavia, o município de Barra do Bugres possui características de ocupações opostas a esse contexto geral mato-grossense, tendo em vista que sua gênese urbana se dá ainda no séc. XIX, fortalecendo-se nas décadas de 1950 e 1960, com a vinda de famílias de agricultores da região sudeste. Essas famílias se estabelecem na região e passam a determinar uma política desenvolvimentista conservadora, fundamentada numa economia agropecuária de caráter tradicional de monocultura, resultando em concentração de renda e estagnação econômica. Tal cenário local impossibilita que o município acompanhe o panorama de desenvolvimento apresentado nas outras cidades do Estado, de políticas mais flexíveis e diferentes dinâmicas econômicas e sociais. O resultado desse quadro político-econômico é um processo de exclusão e segregação sociais acentuado, refletindo em diversos problemas de infra-estrutura urbana, queda de qualidade de vida, violência urbana, ocupações ilegais e produção de entraves sociais que impedem o acesso de grande parte da população à educação, saúde, habitação, lazer, enfim, com baixos índices de desenvolvimento e qualidade de vida.

Definição dos processos espaciais na cidade

Os processos espaciais são responsáveis diretos pela organização do complexo espaço que representa a cidade moderna. Segundo Roberto Lobato Corrêa (2005), pode-se destacar seis processos espaciais que determinam a composição do espaço urbano, são: **centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia.**

O processo de *centralização* diz respeito à definição de uma área central onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais e vias de transporte urbano.

O fenômeno de *descentralização* é uma resposta ao processo de centralização, pois a cidade passa a criar sub-centros urbanos através da iniciativa pública ou privada, devido ao aumento do valor da terra e custos, congestionamentos e alto custo de transportes, dificuldade na expansão espacial, restrições legais (controle do espaço) ou pressões contra determinado tipos de usos da terra nas áreas centrais da cidade.

A *coesão* pode ser entendida como a formação de economias de aglomeração determinadas através do conjunto de atividades coesas, que fornece garantias de atração maciça de consumidores em um local, através da concentração de determinados segmentos da economia em uma área da cidade.

Se os processos espaciais citados anteriormente dizem respeito à economia, a *segregação* é compreendida como uma característica exclusivamente habitacional e de reprodução da força de trabalho, decorrendo do embate da sociedade de classes e do processo de exclusão social.

De caráter essencialmente residencial, porém identificável também em setor industrial, comercial ou de serviços, o processo de *Invasão-Sucessão* é um fenômeno de movimentos territoriais de classes, decorrentes do uso ou valorização da terra.

A idéia de *inércia* interfere na organização espacial da cidade, na medida em que certos usos da terra permanecem em certos locais, apesar das causas que justificam a sua localização terem cessado de atuar. Podemos apresentar como modelo os fatores de simbolismo e sentimento que não obedecem à racionalidade econômica, como por exemplo, o tombamento de áreas de *Interesse Histórico* que, por motivos artísticos, históricos e culturais, determinam a preservação de áreas da cidade, opondo-se à idéia de atuação dos interesses políticos e econômicos. Outro exemplo desse aspecto são as firmas que se mantêm em locais antigos devido ao custo elevado de re-localização.

A partir desse princípio de análise do espaço urbano de acordo com a identificação dos processos espaciais, notamos que no município de Barra do Bugres existem evidências da ocorrência de *centralização*, definindo de maneira clara no traçado urbanístico da cidade a delimitação de uma área central na qual se concentra grande parte dos serviços, equipamentos e infra-estrutura urbana (como hospitais, rodoviárias, universidade, praças e espaços públicos, setor bancário etc.), assim como a locação de edifícios públicos (administrativos ou de poderes legislativo, judiciário e executivo), habitações predominantemente de padrão aquisitivo médio e elevado e área comercial bem estruturada.

O marco divisor na definição do traçado é a localização da rodovia MT-246, que corta a cidade no eixo norte-sul, definindo o acesso para Tangará da Serra e Cuiabá, respectivamente. A leste da rodovia situa-se a área considerada central e, a oeste, os sub-centros de caracterização periférica, definindo fenômeno de *descentralização* urbana a partir de um eixo viário delimitador, inclusive da segregação socioespacial.

A *coesão* também pode ser expressa através da concentração de algumas edificações comerciais em determinados territórios da cidade de Barra do Bugres, com o objetivo de concentração e atração da população consumidora, a exemplo do espaço compreendido entre as Avenidas Castelo Branco e 15 de Novembro, no sentido norte-sul, e os cruzamentos com a Rua Vitória até a Avenida São Benedito, no eixo leste-oeste.

O processo de *segregação* está evidente a partir do momento que deslocamos nossa análise para as áreas periféricas ao centro da cidade, tanto a leste da rodovia MT-246 (em algumas áreas da COHAB São Raimundo), quanto a oeste, a exemplo do Bairro Maracanã e imediações, área de ocupações e invasões populacionais, de habitações sem praticamente nenhuma qualidade e assistência municipal. O processo de segregação talvez seja o fenômeno mais negativo e de maior interferência na formação do espaço urbano pelo homem, pois ele traz à mostra todas as fraturas sociais decorrentes do capitalismo e seus conseqüentes conflitos de poder e interesses.

Como exemplo do processo de *invasão-sucessão* no município, podemos identificar, a partir da instalação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em um bairro de conjuntos habitacionais populares (COHAB São Raimundo), fato que em curto prazo proporcionou a invasão da classe média e média alta, resultado na valorização do território, antes tido como de classe baixa.

Dentre os seis fenômenos de análise urbanística levantados por Corrêa (2005), a *inércia* é mais facilmente identificada em grandes centros urbanos, cujos movimentos espaciais decorrentes dos fenômenos sociais estão mais acentuados devido à densidade populacional e seus conseqüentes conflitos ocupacionais. Exemplo claro dessa ocorrência são as áreas tombadas pelo Instituto Nacional de Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), como forma de preservação arquitetônica e urbanística, ou mesmo o estabelecimento legal de áreas de preservação ou conservação ambiental (através do estabelecimento por parte do Poder Público de áreas de interesse ambiental). Assim, edifícios antigos, áreas de vegetação nativa ou mata ciliares tendem a se manter apesar da pressão imposta pelo capital de especulação imobiliária.

Abandono e descaso decorrentes do processo de segregação

Caminhando por Barra do Bugres fica fácil identificar a situação de descaso, abandono e má administração por parte do poder público. Neste caso, não só no que anteriormente chamamos de *cidade não oficial* ou *ilegal*, como também na *cidade oficial*. No âmbito geral, percebemos que a maioria dos problemas identificados tanto na cidade *legal* ou *ilegal*, decorre da existência de um quadro de administradores e funcionários públicos mal preparados para exercer a função da gestão e ordenação urbana, sem formação técnica ou acadêmica para a atuação nas secretarias e demais órgãos municipais. A própria ausência de representatividade e envolvimento da comunidade local junto às decisões de política urbana torna-se um entrave à melhoria das condições de vida da cidade, fato este reforçado face à pouca educação e condição socioeconômica de grande parte da população. Assim, os Conselhos Municipais, as Plenárias Públicas da Câmara Municipal ou mesmo o Projeto Participativo na elaboração e discussão do Plano Diretor e diretrizes orçamentárias tornam-se mitos legais de participação popular, pois esta passa a existir apenas na teoria, aumentando as discrepâncias entre a cidade *legal* e a *ilegal*.

Contudo, na *cidade oficial* dos *estabelecidos* também se apresentam grande quantidade de problemas, tais como:

- Coleta de lixo ineficiente, sem tratamento e destinação de local adequado (o atual sistema de depósito em lixão aberto, altamente poluente, está localizado em uma área próxima a diversas nascentes e na porção noroeste da cidade – tendo em vista a direção de ventos

predominantes, tais poluentes e partículas em suspensão são trazidas para a área urbana). A inexistência de um programa de coleta seletiva ou reciclagem de lixo agrava ainda mais a problemática da crescente produção de resíduos sólidos urbanos;

- Falta de sistema de saneamento básico e tratamento de esgotos, havendo o predomínio no uso de fossas rudimentares (que podem poluir o lençol freático), decorrentes da inexistência de rede pública para a coleta e tratamento de esgoto. Existe um grande número de lotes abastecidos por poço artesianos que, face à ausência de fiscalização, muitas vezes são aterrados ou reutilizados como fossas, aumentando consideravelmente o risco de poluição das águas subterrâneas. Outro agravante é a ligação de esgoto em córregos e rios, acentuando o impacto ambiental urbano;
- Poluição de córregos, rios e demais recursos naturais;
- Pavimentação deficitária e de má qualidade, incluindo ruas, avenidas e passeios impróprios para o trânsito e acessibilidades a Portadores de Necessidades Especiais;
- Entulhos depositados nas ruas e calçadas sem coleta periódica da Prefeitura Municipal, ou muitas vezes queimados no fundo dos quintais, terrenos baldios ou mesmo nas ruas devido à falta de fiscalização ambiental;
- Falta de uma política de Educação e Conscientização ambiental por parte do Poder Público e da comunidade, o que reflete desinteresse e descaso geral da sociedade em relação às questões ecológicas e ambientais;
- Arborização inadequada e falta de conscientização na preservação das árvores existentes, muitas vezes retiradas das calçadas por moradores, tirando ônus de manutenção e limpeza (já que a prefeitura não atende a essa função). A consequência dessas atitudes é a diminuição da área sombreada sobre as vias, calçadas e casas, aumento da temperatura, impermeabilização do solo, diminuição da umidade relativa do ar, tornando crítica a ambiência urbana;
- Ocupação de loteamentos e construção de casas em nascentes e áreas de preservação ambiental, demonstrando o extremo descaso da comunidade e prefeitura com os recursos naturais, fato este reforçado pela má elaboração e implementação do Plano Diretor, este que possui erros graves de implantação e mapeamento em diversas áreas do perímetro

urbano proposto (ruas e loteamentos inexistentes, desconsideração de nascentes e recursos hídricos no mapa urbano, falta de estudos técnicos específicos na proposição de áreas de expansão, interesse histórico, social e ambiental do macrozoneamento urbano etc.);

- Ausência de fiscalização das construções e imóveis urbanos por parte do Poder Público e órgãos federais competentes, fazendo com que a qualidade de vida e ambiental dos espaços construídos e urbanizados esteja à margem das legislações urbanísticas e construtivas vigentes, produzindo uma morfologia arquitetônica e urbanística descaracterizada, de péssima qualidade e ambiência, além dos riscos ao uso e ocupação desses “imóveis clandestinos”;
- A atividade de queima das grandes lavouras de cana-de-açúcar na região, ou mesmo do perímetro urbano que, além de agravar a qualidade do ar nos períodos mais secos, ainda oferecem riscos de incêndio das casas vizinhas das *lavouras urbanas* ilegais (segundo o Plano Diretor de 2006);
- O uso indiscriminado de agrotóxicos no campo contamina o ar, o solo e as águas (superficiais e lençóis freáticos), entre outros problemas.

Todavia, a problemática maior se dá nas áreas mais afastadas do centro da cidade, onde ficam os bairros mais pobres da periferia urbana. Nestes lugares, o descaso e abandono chegam a índices alarmantes, basta uma rápida caminhada para que se tenha uma boa idéia do tamanho do problema, os quais possuem raízes sociais profundas inseridas no diagnóstico de exclusão social do sistema econômico-político atuante.

Começaremos, então, citando o problema da entrada da cidade, no sentido Cuiabá a Tangará da Serra, próximo ao Rio Paraguai, que, a princípio, deveria ser um local dedicado à exploração turística. Nessa área, existe o núcleo de edificações históricas que surgiram a partir do desenvolvimento da cidade ainda no período colonial, em meados do século XIX, às margens do rio Paraguai e rio Bugres. Entretanto, o que seria lugar de preservação e memória da cidade, atualmente apresenta acentuado estado de degradação, péssima conservação e uso das edificações (estas sustentadas por frágeis alvenarias de adobe ou taipa), conseqüente do descaso do poder público e sociedade local. A descaracterização arquitetônica é evidente nas intervenções sofridas nestas construções ao longo do tempo, culminando com a destruição ou mesmo demolição do patrimônio arquitetônico pretérito.

Existe ainda outro fator que justifica a reestruturação urbana dessa área, pois ocorre nesse lugar o *Festival de Pesca* da cidade, evento anual destinado a exploração turística do município e é, curiosamente também, uma área de

grande degradação social e ambiental. Ali, por exemplo, encontram-se vários cortiços destinados a abrigar os “cortadores de cana” (os chamados *alagoanos*), que migram para a região em temporadas de colheita, produção esta destinada às usinas de álcool. Em função do estado de degradação e ausência de ação municipal, prevalecem nessa área locais destinados aos bares, prostituição, casas noturnas, comércios, espaços e habitações em condições precárias.

O encontro do Rio Bugres com o Rio Paraguai configura uma delimitação geográfica à expansão urbana da cidade de Barra do Bugres, na orientação sul, pois o acesso à cidade se dá através da transposição física sobre o Rio Paraguai, através da ponte de acesso pela Rodovia Estadual MT-246.

O rio é um recurso natural fortemente presente na formação de cidades históricas, ou mesmo civilizações, que fundamentam sua existência através dos benefícios proporcionados pela acessibilidade à água e meio de transporte. Assim, a cidade de Barra do Bugres, como uma cidade de formação historicamente colonial, não poderia fugir a essa característica.

Entretanto, o rio que, antes, era recurso responsável pela formação urbana equilibrada com o meio e sem grandes impactos na ocupação de suas matas de galeria na cidade colonial, atualmente enfrenta o desprezo e a falta compromisso da sociedade moderna com a preservação de seu leito, ecossistemas, matas ciliares e meio natural. Dessa maneira, às margens do Rio Bugres não faltam exemplos de problemas socioambientais, decorrentes da ocupação desordenada, como: habitações ribeirinhas de baixa qualidade, problemas de esgoto ilegais a céu aberto e sem tratamento adequado, poluição por lixo acumulado nas margens, quando se observa, principalmente durante a *época de seca* dos rios (período de seca é a época de baixo índice pluviométrico) do volume de água, a infinidade de materiais e objetos depositados no seu leito.

Ainda próximo à área histórica da cidade, temos à vista o descaso ambiental com o Córrego do Tanque, que nasce há poucos quilômetros, dentro do perímetro urbano e, apesar disso, acumula grande quantidade de resíduos e poluição por lixos e esgotos domésticos em seu trajeto, até desaguar no Rio Paraguai.

Daí surge o questionamento: como utilizar as potencialidades locais focadas para o desenvolvimento turístico em uma área de considerável valor histórico regional, enquanto existe um quadro de ocupação descontrolada e profunda segregação social, gerando uma diversidade problemas ambientais graves?

Quanto mais nos afastamos da área central, mais nos deparamos com as diversas dificuldades que acometem a periferia da cidade, somados aos

demais problemas já identificados na área central. Bairros inteiros com ruas sem asfalto e em condições precárias de preservação, cheias de buracos e erosões, além da falta de calçamento e, para pedestres, sem qualquer definição de passeios públicos. Somado a essas condições, ainda nos deparamos com a poeira em suspensão, que domina a paisagem durante os períodos de estio e fortes ventos, trazendo desconforto ambiental para os transeuntes, piorando problemas de saúde da população (alérgico-respiratórios) e afetando a qualidade do ar. Durante a época de chuva, esse cenário se torna ainda mais crítico, pois a terra úmida dificulta, de maneira acentuada, o trânsito de veículos e pedestres, como também o material carreado pela água ocasiona quadros problemáticos de erosões.

Na periferia ainda encontramos casas em condições extremamente precárias, verdadeiras autoconstruções feitas de materiais impróprios, tais como chapas metálicas ou de compensados, com coberturas de lonas e papelões. As instalações elétricas e sanitárias são improvisadas, deslocadas do corpo principal da construção e em condições precárias, ambas colocam em risco a vida desses habitantes excluídos da cidade legal.

A localização de lixões improvisados dentro do perímetro urbano é consequência da coleta deficitária e da falta de planejamento e fiscalização local, gerando sérios problemas à saúde dos moradores dessas áreas periféricas. A proximidade das habitações com essas áreas de depósito de resíduos sólidos acarreta a poluição de solo e de águas subterrâneas, além da contaminação do ar por bactérias e microrganismos que se deslocam através do vento. Observam-se ainda crianças brincando livremente nessas áreas, aumentando o risco de contaminações e proliferação de doenças.

A inserção da periferia ilegal na cidade legal não deve ser encarada como uma questão meramente de desenho urbano, mas, sim, a partir de projetos de inclusão social do cidadão e de distribuição de renda, associados à educação, saúde, cultura, lazer e conscientização ambiental.

O trabalho no campo e os processos sociais que refletem nos processos espaciais

A questão socioeconômica local gera problemas tanto nas periferias, quanto na área central. Um exemplo disso é a existência de alojamentos improvisados para os cortadores de cana, que migram temporariamente da região Nordeste do país – em sua maioria, do estado de Alagoas – para o município a procura de rendas nos postos de trabalho gerados pela pro-

dução agrária da cana. Ali, genericamente chamados de “alagoanos”, esses trabalhadores vivem em condições subumanas, amontoados em galpões precariamente transformados em locais de moradia. Neles, não há privacidade ou muito menos cuidados básicos com saúde e higiene e algumas construções têm separações e transformam-se em quartos autônomos, porém na maioria é apenas composta de grandes espaços de uso comum, sendo ao mesmo tempo aposentos, cozinhas, área de serviço e convivência, prevalecendo a sobreposição de funções precária para o grande número de pessoas por área construída.

A exploração da mão-de-obra barata de origem migratória por parte de ricos usineiros e grandes produtores de cana, apresenta péssimas condições de trabalho nos campos. Além disso, a época de intensas queimadas gera fumaças tóxicas que depositam toneladas de material carbonizado, enquanto que na lavoura de cana têm-se o calor intenso e um alto índice óbitos por intoxicação ou mesmo insolação decorrentes dessas condições extremas de trabalho, contudo, tais informações não são divulgadas ou são apontadas nas estatísticas oficiais como “causas naturais” de óbitos.

A questão ambiental na cidade de Barra do Bugres

Na atualidade, registramos diversas situações de desrespeito na relação entre o homem e a construção de seu espaço urbano no meio natural, ocupando, utilizando e explorando os solos, assim como os recursos hídricos e a natureza, de forma predatória e indiscriminada.

A falta de conscientização e de educação ambiental por parte da sociedade em geral determina a política de descaso do poder público com as discussões atuais em torno da Agenda 21⁴ e do conceito de sustentabilidade⁵.

Como reflexo desse processo de ocupação inconseqüente e da inexistência de órgãos competentes responsáveis pela fiscalização ambiental, identificamos na cidade situações limite de apropriação da natureza pelo homem.

A nascente do Córrego do Tanque citado anteriormente encontra-se dentro do perímetro urbano, em um bairro de incorporação recente, que por sua vez está proporcionando sua destruição gradativa. A área representa

4 **Agenda 21** é o documento elaborado em consenso entre governos e instituições da sociedade civil de 179 países e aprovado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. A Agenda 21 traduz em propostas de ações o conceito de desenvolvimento sustentável.

5 **Sustentabilidade**: “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas”. Our Common Future, Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Oxford University Press, 1987 (Informe Brundtland).

um pequeno oásis natural para o lugar, visto que também serve de refúgio para animais, como as aves, cada vez mais raras (tais como araras e tucanos). As águas do córrego, durante seu percurso até a Lagoa Azul (lago artificial represado e utilizado como espaço público para caminhadas e recreio da população), recebem lixos e esgotos que, por sua vez, deságuam posteriormente no Rio Paraguai. Na lagoa, a quantidade de material sólido e poluente obtido dos lixos depositados é tão grande que não é possível escoá-los, o que acaba gerando um congestionamento de sujeira na grade que separa do reservatório a água que segue para o rio. Note-se, também, que esta lagoa é tida como local de interesse dentro de um pretenso plano de implantação de roteiro turístico, portanto, temos aqui um ponto de conflito entre os propósitos desejados e a realidade sensível.

Além dos problemas destacados anteriormente, identificamos ainda queimadas próximas que não somente ocorrem em áreas de canaviais próximos da cidade ou mesmo dentro do perímetro urbano, como também em terrenos baldios nas imediações do lugar. Assim, as queimadas costumam atingir extensas áreas destinadas ao cultivo da cana, mas que também extrapolam e invadem os terrenos próximos de conjuntos habitacionais urbanos, estradas, áreas de preservação e reservas ambientais da região, proporcionando riscos de inúmeros desastres na área urbana e rural, negligenciados pelo Poder Público e órgãos ambientais.

Como o problema é causado pelas usinas, portanto, por interesses privados do poder econômico vinculado aos interesses políticos de uma minoria, os desmandos chegam a ser aviltantes em relação à população e sua qualidade de vida. Tais queimadas atingem níveis alarmantes e, na maioria das vezes, fogem do controle causando grandes problemas ambientais para a cidade e região.

Atualmente, o município planta, uma média, 100.000 ha. de cana, utilizando as queimadas para a viabilização do corte para a mão-de-obra barata, geralmente desrespeitando as leis ambientais e fugindo do controle extrapolando as áreas de cultivo.

Os impactos ambientais originados pelas queimadas possuem várias dimensões, como os que incidem na atmosfera, impactos nos solos e impactos nos aquíferos.

Durante a safra da usina, que ocorre geralmente entre abril e outubro, Barra do Bugres sofre graves problemas provenientes das queimadas, pois as nuvens de fumaça decorrentes da cana reduzem a incidência de luz solar

sobre o solo. Além desse fator, há a diminuição drástica das chuvas na região, abrangendo entre 40 a 80% do total de índice pluviométrico.

Nos meses críticos, de agosto a outubro, as nuvens de fumaça tomam conta de toda a região, acarretando forte incidência de carbono negro proveniente da fuligem da cana e proporcionando visibilidade precária, que ocasiona acidentes, já que a rodovia MT-246 corta o município e as áreas rurais.

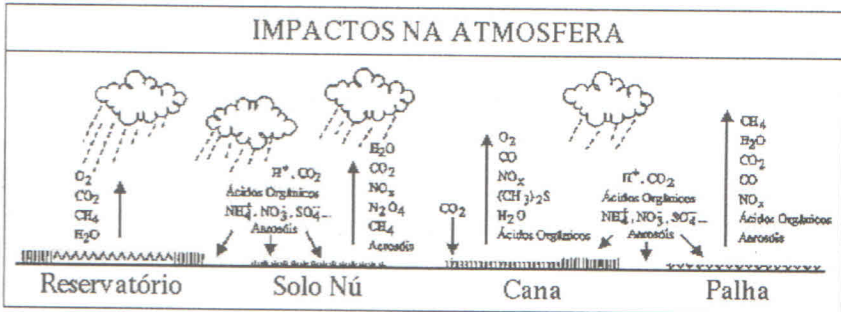


Figura 1 - Quadro demonstrativo sobre os impactos atmosféricos

Fonte: EMBRAPA

Outro agravante está relacionado ao clima, um efeito drástico do desmatamento, e o aumento de temperatura, ficando em torno dos 38 a 42 graus. A pastagem, como exemplo, reflete 18% de energia solar, porém retém uma taxa baixa de água. Devido a isso, na estação seca (agosto-outubro), a presença de aerossóis aumenta o número de condensação de gotas de chuva que, em competição pela umidade disponível na atmosfera, são gotas de tamanho reduzido, que não possuem peso suficiente para cair, sendo o primeiro efeito a redução das chuvas.

A população também sofre com a poluição atmosférica. Os casos de doenças respiratórias, pressão arterial elevada e alergias são constantes e crescem gradativamente com as queimadas nesse período, ocasionando altos índices de internações hospitalares.

Tanto a fumaça como as fuligens da cana causam problemas de saúde. A fumaça bloqueia a atividade do intestino e do estômago, retardando a digestão e restando o apetite, porém a secreção dos sucos digestivos no estômago e no duodeno é ativada, provocando um aumento na ocorrência da úlcera.

As informações são coletadas e analisadas periodicamente, variando com o passar dos anos, conforme quadro abaixo, cedido pela SEMA/INPE (focos de calor):

Tabela 1 - Quantidade de focos de calor no período de 1996 a 2004.

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
131	104	207	364	144	215	250	114	126

Porém, no ano de 2005 puderam-se perceber mais focos de calor em meses distintos aos da safra da cana-de-açúcar, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - Focos de calor no ano de 2005.

maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro
5	19	18	100	55	26	9

Em alguns estados brasileiros já existem leis que contemplam as queimadas. Elas diferenciam, para o efeito da progressão quinquenal da eliminação das queimadas. As áreas não mecanizáveis têm prazo maior para eliminar a prática das queimadas.

O ganho ambiental com estas leis é percebido de imediato, pois logo após o término da safra, o ar atmosférico melhora pelo fim das queimadas e pelo início das chuvas, que atrasam devido ao alto índice de poluição atmosférica.

Uma questão indiscutível é o descaso das autoridades competentes que não assumem seus papéis para que haja um controle dessas queimadas em Barra do Bugres, já que a região vive economicamente dessa atividade agrícola e que por trás estão grandes oligarquias econômicas e políticas.

Não há no município, nem por parte da secretaria municipal de meio ambiente e nem pela usina, um planejamento de controle ambiental que cumpra os artigos constitucionais, contemplando o meio ambiente, por total descaso e desconhecimento dessas leis, já que muitos secretários municipais não possuem formação adequada para ocupar o cargo pelos quais respondem, originando um completo caos, desde a coleta do lixo até a sua queimada nas residências e na usina.

Outro fator relevante é a dos povos indígenas atingidos pelas queimadas e suas conseqüências. No município de Barra do Bugres encontra-se a aldeia Umutina, que sofre, desde o século XVIII, as conseqüências da fundação do município, decorrentes da forte economia e exportação da poaia exportada para a Europa, quando comerciantes financiavam chacinas contra os índios da região (OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto, encontram-se divergências, pois o estado de Mato Grosso possui várias aldeias que arrendam suas terras para agricultores de soja, algodão, entre outras atividades já citadas por revistas de circulação nacional e internacional.

O povo Umutina possui 25.000 ha. de terra e a única atividade agrícola permitida é a agricultura familiar. Outra atividade econômica da aldeia é a pesca, cujo produto é comercializado livremente durante a piracema, de forma ilegal. Contudo, se de um lado a política indigenista do Governo determina a subsistência através da agricultura familiar, a população indígena carece de meios de sobrevivência cultural e econômica em um mundo tecnológico e de consumo globalizado. Assim, a população jovem das aldeias, cada vez mais, opta por morar, estudar e trabalhar nas cidades, seduzidos pela urbanidade, mas, sobretudo, pela sobrevivência num mundo de consumo que tende a esmagar as regionalidades e culturas locais.

Ao longo das décadas, a aldeia perdeu várias de suas raízes, como a língua materna, pois o último falante faleceu em 2003, e a agricultura familiar de subsistência foi substituída pelo consumo de produtos industrializados, tendo em vista que a maior parte da população jovem da aldeia migrou para as áreas urbanas próximas em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho.

Quanto às queimadas, é inegável o crescimento, notando-se ainda o desrespeito dos agricultores e usineiros às leis ambientais, gerando um problema com a população que questionam “[...] se a usina pode queimar tudo a hora que bem quer, por que nós não podemos?”, referindo-se ao lixo que não é coletado pela prefeitura municipal, sendo queimado livremente, até mesmo na época de proibição das queimadas no Estado, nos terrenos baldios e ruas da cidade.

Desde o surgimento da usina em 1983, até os dias atuais, nenhum órgão competente tomou alguma iniciativa para discutir com a população urbana e a indígena, possíveis formas para amenizar os problemas relacionados anteriormente. Não há no município o interesse e muito menos preocupação por parte da sociedade, devido a forte pressão e omissão das forças políticas e econômicas do município.

Em 2006, a safra anual iniciou em período tardio (no mês de maio), devido ao período de chuvas prolongado. Contudo, foi possível observar a poluição atmosférica em consequência das queimadas do ano anterior, além do clima que se apresenta seco e quente, situação que normalmente ocorre em meados de agosto. Assim, o caos climático tende a se prolongar por todo

o ano, seja período de chuva (cada vez mais curtos), ou de seca (a cada ano, mais prolongado e quente).

A ausência de educação e conscientização ambiental por parte da sociedade é um dos principais entraves para que ações sejam tomadas no sentido de minimizar ou mesmo eliminar as agressões ambientais, pois, se de um lado o desinteresse e a inoperância dos órgãos competentes corroboram com os interesses econômicos, do outro, a sociedade assiste inerte à falta de qualidade de vida. Apenas um vereador levou a Câmara Municipal um projeto para que as queimadas fossem proibidas, tanto pela população como pela usina de cana-de-açúcar, contudo, essas emendas legislativas sempre esbarram em manobras políticas engendradas pelo poder econômico local. Segundo a secretaria da Câmara Municipal, não é fácil criar uma Lei que englobe restrições às queimadas, protagonizadas por agricultores fornecedores da usina, mas a população está legalmente proibida de realizá-las na área urbana, devendo todos esses problemas serão contemplados no Plano Diretor. Contudo, sabe-se que os focos de queimadas urbanos não são os grandes agentes agravantes do clima, mas sim corroboram no processo de degradação.

Não obstante, o receio de intervir junto aos grupos econômicos locais está evidenciado, pois os mesmos são os grandes contribuintes e geradores de postos de trabalho no município. Contudo, a pesquisa acadêmica é uma ferramenta imparcial, essencial à conscientização social, tornando-se importante que a mesma se utilize de mecanismos sensíveis ou inteligíveis para se propor alternativas de desenvolvimento e de configuração socioespacial e ambiental para nossas cidades do presente, bem como para as do futuro.

Considerações finais

Diante do pluralismo conceitual na definição de região, a cidade é uma área ou conjunto de unidades de área que apresenta uniformidade interna e diferenças em face de outros conjuntos.

A cidade, como espaço urbano capitalista, reflete diferenças conflitantes, como a desigualdade social e o espaço da segregação apresentam diferenças locais das atividades urbanas, mutabilidade formal e espacial de caráter complexo, espaços fragmentados e articulados entre si, pois, sendo seu espaço depende da condicionante social, expressa um local onde grupos sociais vivem e se reproduzem, é campo simbólico (imaginário coletivo e de psicologia urbana) e de conflitos diversos. Todos esses elementos somados geram impactos no meio natural e urbano.

A cidade, como paisagem e ação humana sobre o meio ambiente natural, apresenta a transformação da paisagem natural em da paisagem cultural (historicismo), definidas pela *Escola da Paisagem*. O espaço urbano simula recortes espaciais que definem ambientes uniformes (geografia regional) e que configura a espacialidade (fenômeno de distribuição no território e seus reflexos e condicionante social), assim como características intrínsecas de mutabilidade, movimento da sociedade, dinamismo e inércia. São estas características da sociedade de classes e consequência da reprodução de desigualdades desse sistema, fundamentando essa forma padrões espaciais e sociais que se reproduzem pelo território nacional.

A cidade de Barra do Bugres, como produto desse sistema, pode ser entendida com a construção do espaço urbano pelo homem e obedece a regras comuns ao sistema social, econômico, cultural e político de cada época, portanto, seus desafios de reordenação e melhoria urbanística também dependem de uma reavaliação das condições socioeconômicas regionais e nacional.

Referências

BARRA DO BUGRES. Câmara Municipal. **Lei Complementar Nº 012/2006 de 30 de Outubro de 2006** - Plano Diretor Municipal. Barra do Bugres: Câmara Municipal, 2006.

CNM – **Confederação Nacional de Municípios**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias Geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

EMBRAPA – **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Monitoramento Orbital de Queimadas**. Disponível em: <<http://www.queimadas.cnpem.embrapa.br>>

HARVEY, David. **Society, the City and the Space-Economy of Urbanism**. Association of American Geographers, Commission on College Geography. Resource Paper. n. 18, 1972, 56 p.,.

HIGA, Tereza C. S.; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana**. São Paulo: Vozes, 2001.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home>>

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 8 ed. Paulo: Record, 2005.

SEMA – **Secretaria do Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.sema.mt.gov.br/>>

SEPLAN – **Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/>>

SOJA, Eduard W. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.